

ANÁLISE DA ESTREITA RELAÇÃO ENTRE SUJEITO, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Joara Valente de Amorim Alves

(Unidade Escolar Coronel Agostinho Valete, e-mail: joaravalente2@hotmail.com)

Resumo: O ponto de partida fundamental para uma reflexão sobre a educação e o trabalho é a concepção de sujeito, ou seja, aquele indivíduo que busca compreender seu lugar e sua participação no processo de sua constituição como ser social, submetido às forças exteriores que sobre ele atuam em diferentes níveis e em variadas proporções, capazes de influenciar na sua constituição como membro da comunidade onde atua e na qual deixa sua marca. Os homens não são a mera expressão de uma essência metafísica predeterminada, nem a mera resultante de um processo de transformações naturais que estariam em evolução. Ao contrário, naquilo em que são especificamente humanos, eles são seres em permanente processo de construção. Nunca estão prontos e acabados, nem no plano individual, nem no plano coletivo, como espécie. Por sobre um lastro de uma natureza físico-biológica prévia, mas que é pré-humana, compartilhada com todos os demais seres vivos, eles vão se transformando e se reconstruindo como seres especificamente humanos, como seres "culturais". O que é importante observar é que os seres humanos vão sendo aquilo que se vão fazendo e este fazer-se, este constituir-se só se dá mediante a ação e não pelos seus desejos, pelos seus pensamentos e teorias. O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o sujeito, educação e o trabalho, afim de esclarecer algumas questões que nos permeiam hoje em dia. Conclui-se necessidade em relação aos agentes escolares de trabalharem com uma metodologia que leve o aluno a reconhecer o seu sujeito produtivo, no que se refere ao objetivo de levá-lo a desenvolver as suas competências. Caminhando nessa direção, estaremos trabalhando para desvincular da escola a imagem de instituição opressora, de produção em série, castradora, acolhedora de patologias, e transformá-la no lugar de libertação, de construção da autonomia, de formação do sujeito capaz de construir sua felicidade e colaborar para tornar feliz a sociedade que o acolhe.

Palavras-chave: Evolução da existência humana; Cidadania; Políticas Sociais; Humanização.

1 INTRODUÇÃO

São visíveis as transformações pelas quais o mundo passa no século XXI, trazendo fortes impactos e afetando a vida de muitas pessoas, sendo cada vez mais, atingidos na sua forma de socialização, na relação que estabelecem com a educação e o trabalho, nos seus modos de vida, nos seus pensamentos.

O ponto de partida fundamental para uma reflexão sobre a educação e o trabalho é a concepção de sujeito, ou seja, aquele indivíduo que busca compreender seu lugar e sua participação no processo de sua constituição como ser social, submetido às forças exteriores que sobre ele atuam em diferentes níveis e em variadas proporções, capazes de influenciar na sua constituição como membro da comunidade onde atua e na qual deixa sua marca.

Diferente do animal, que vem regulado por relações causais, programadas por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modificando, mas se adapta e responde

instintivamente ao meio, porém, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência. O trabalho humano enquanto atividade consciente, não é de caráter causal, mas sim teleológico. Engendra por isso, opção, escolha e liberdade.

Ao inverso que a metafísica tradicional e a ciência moderna impuseram, as manifestações humanas se realizam mediante a uma ação real, o agir prático. Como resultado, a substância do existir é a prática. Só se é algo mediante um contínuo processo de agir, só se é algo mediante a ação. Assim, contraditoriamente do que pensavam os intelectuais clássicos, não é o agir que decorre do ser, mas é o modo de ser que decorre do agir. É a ação que delinea, circunscreve e determina a essência dos homens. É na e pela prática que as coisas humanas efetivamente acontecem, que a história se faz.

Este é o sentido da historicidade da existência humana, ou seja, os homens não são a mera expressão de uma essência metafísica predeterminada, nem a mera resultante de um processo de transformações naturais que estariam em evolução. Ao contrário, naquilo em que são especificamente humanos, eles são seres em permanente processo de construção. Nunca estão prontos e acabados, nem no plano individual, nem no plano coletivo, como espécie. Por sobre um lastro de uma natureza físico-biológica prévia, mas que é pré-humana, compartilhada com todos os demais seres vivos, eles vão se transformando e se reconstruindo como seres especificamente humanos, como seres "culturais". E isso não apenas na linha de um necessário aprimoramento, de um aperfeiçoamento contínuo ou de progresso: ao contrário, estas mudanças transformativas, decorrentes de sua prática, podem ser regressivas, nem sempre sinalizando para uma eventual direção de aprimoramento de nosso modo de ser. O que é importante observar é que os seres humanos vão sendo aquilo que se vão fazendo e este fazer-se, este constituir-se só se dá mediante a ação e não pelos seus desejos, pelos seus pensamentos e teorias.

Assim, a educação não poderá mais ser vista como processo mecânico de desenvolvimento de potencialidades. Ela será necessariamente um processo de construção, ou seja, uma prática mediante a qual os homens estão se construindo ao longo do tempo.

Todavia, quando se analisa a realidade humana, percebe-se logo que a esfera básica da existência humana prática e histórica dos homens é aquela do trabalho propriamente dito, ou seja, prática que alicerça e conserva a existência material dos homens, já que a vida depende radicalmente dessa troca entre o organismo e a natureza física.



Trabalho é entendido aqui não como mera operação técnica sobre a natureza, mas como a densa relação dos homens com ela. Daí a sua caracterização como a esfera produtiva, a esfera da prática econômica, mediante a qual os homens podem prover a conservação de sua existência.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o sujeito, educação e o trabalho, afim de esclarecer algumas questões que nos permeiam no nosso dia a dia.

2 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES A RESPEITO DO SUJEITO

A humanidade vive, hoje, um momento de sua história marcado por grandes transformações, decorrentes sobretudo do avanço tecnológico, nas diversas esferas de sua existência: na produção econômica dos bens naturais; nas relações políticas da vida social; e na construção cultural. Esta nova condição exige um redimensionamento de todas as práticas mediadoras de sua realidade histórica, quais sejam, o trabalho, a sociabilidade e a cultura simbólica. Espera-se, pois, da educação, como mediação dessas práticas, que se torne, para enfrentar o grande desafio do 3º milênio, investimento sistemático nas forças construtivas dessas práticas, de modo a contribuir mais eficazmente na construção da cidadania, tornando-se fundamentalmente educação do homem social.

Antigamente, colocada em sua forma mais simples, uma antiga e bastante difundida crítica ao behaviorismo radical de Skinner afirma que o homem não é visto como agente, como ser ativo, capaz de imprimir direção a suas ações, a sua vida. Isto é, que o homem não é visto como sujeito. Ao contrário, seria ele objeto do controle do ambiente, receptáculo de influências, passivo, mero reflexo de determinações externas e alheias a ele. Como um corolário desta concepção, a sociedade, a comunidade humana e os grupos sociais teriam como características básicas a disciplina, a ordem, o controle, a previsibilidade. A organização da vida social se resolveria na regência monótona de recompensas e punições.

Um primeiro significado do termo sujeito que pode ser identificado não vincula este termo exclusivamente ao homem. O termo sujeito pode ser usado para se referir a qualquer coisa que tenha existência por si mesma, seja uma planta, um animal, um acontecimento ou mesmo o homem; neste sentido o termo não se destina a nenhum ser em especial: todos os seres são sujeitos, já que são passíveis de receber determinados atributos que lhe dão identidade.

Afastando-se deste primeiro significado, o termo sujeito pode ser usado somente para se referir ao homem, tornando-o algo distinto dos demais fenômenos. Esta distinção pode se

fundamentar na suposição de que o homem é composto por dimensões diferentes, uma corporal, que partilha com os demais fenômenos, e uma não-corporal, que lhe abre diferentes possibilidades e uma ou mais destas possibilidades (o pensamento, o sentimento, a liberdade, o conhecimento, a consciência de si) é que permitem sua caracterização como sujeito em oposição a todos os demais fenômenos que passam a ser vistos como objetos. Decorrentes desta concepção de homem como sujeito colocam-se novas questões sobre o conhecimento dos objetos e o próprio sujeito. Com relação ao conhecimento dos objetos: eles podem ser conhecidos tais quais são ou o conhecimento que deles se tem refletirá sempre características próprias do sujeito; com relação ao conhecimento do próprio sujeito: dada sua peculiaridade, ele se conhecer tal qual conhece os objetos. O sujeito pode se conhecer e ter maior certeza do conhecimento que tem de si do que das coisas que lhe são exteriores ou, exatamente dada a sua peculiaridade, ele não pode se conhecer tal qual conhece os objetos.

O termo sujeito pode ainda ser usado não só para distinguir o homem dos demais fenômenos, mas para distinguir cada homem de todos os demais. Nesse sentido significa singularidade. Cada homem seria original, idiossincrático. Neste caso nem cabe a questão da possibilidade deste sujeito ser conhecido, a não ser por si mesmo.

A metáfora de Marx de que o fundamento ou “a raiz do homem é o próprio homem” não nos autoriza no plano de sua obra e nos desdobramentos dados a esse respeito por autores como Gramsci e Lukács, a nos situar numa perspectiva metafísica nem do homem em geral nem do trabalho fora das relações sociais. Trata-se, pois, de um ser histórico que se produz e se modifica em relação com os demais seres humanos.

Diferente do animal, que vem regulado por relações causais, programadas por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência. O trabalho humano enquanto atividade consciente, não é de caráter causal, mas sim teleológico. Engendra por isso, opção, escolha e liberdade.

Se os estruturalistas eliminam e atrofiam o sujeito enquanto ser social, os pós-estruturalistas e pós-modernos hipertrofiam, como nos mostra Eagleton (1998), a subjetividade e sem o sujeito histórico-social. Somos forçados a concluir então, que o recurso à “linguagem” para resolver a relação entre estruturas e sujeito, pelos estruturalistas, pós-estruturalistas e pós-modernos conduziu a um “absolutismo retórico no primeiro caso e a um feticismo fragmentado no segundo”.

Sem dúvida, a existência real dos homens é profundamente marcada pelos aspectos econômicos, até porque esta dimensão econômica, devidamente entendida, constitui mesmo uma referência condicionante para as outras dimensões da vida humana, uma vez que ela se liga à própria sobrevivência da vida material.

Porém, a significação dos processos sociais e, no seu âmbito, dos processos educacionais não se restringe a essa sua funcionalidade operatória. Se, de um lado, é a realidade dos fatos que permite que a educação tenha alguma incidência social, de outro, essa eficácia só ganha legitimidade humana se referir-se a significações que ultrapassem sua mera facticidade e seu desempenho operacional.

Refletir filosoficamente sobre a educação não é dispensar os dados e análises que as ciências especializadas podem trazer e fazer; ao contrário, uma abordagem filosófico-educacional precisa levar em consideração esse retrato de corpo inteiro que a ciência faz da educação nos dias de hoje. O pensar filosófico não parte de referências abstratas e idealizadas, aprioristicamente colocadas, mas sim da própria realidade de seu objeto. Assim ela toma em conta as conclusões das ciências, procurando clarear os objetivos e finalidades que precisam ser selecionados e privilegiados, até mesmo na definição dos meios, para que elas possam subsidiar as políticas sociais. É neste plano das finalidades que se estabelece o diálogo entre as perspectivas científica, filosófica e política, sendo esta última perspectiva entendida como o planejamento e a execução de ações que interferem diretamente na dinâmica social.

3 SUJEITO X EDUCAÇÃO

Na década passada, Tadeu (1996) apontava que um novo mapa cultural era traçado na emergência de uma multiplicidade de atores sociais e no surgimento de alguns movimentos, tais como: a afirmação de novas identidades culturais subjugadas, a luta contra o patriarcado, os conflitos entre os poderes imperialistas e as resistências pós-coloniais, o processo de globalização e a generalização de novos meios e técnicas de comunicação. Todas essas mudanças interferiram na imposição dos valores, conteúdos e formas de produção e reprodução de identidades sociais. O mesmo autor disse, também, que “nesse cenário é importante que os/as educadores/as comecem a entender as novas configurações econômicas, políticas e sociais através de uma ótica que focalize as dinâmicas culturais em jogo, na luta por hegemonia e predomínio político.

Ao contrário do que sempre alegaram a metafísica tradicional e a ciência moderna, todas as formas de manifestação concreta da existência humana se realizam mediante a ação real, o agir prático. Com efeito, a substância do existir é a prática. Só se é algo mediante um contínuo processo de agir, só se é algo mediante a ação. Assim, diferentemente do que pensavam os metafísicos clássicos, não é o agir que decorre do ser, mas é o modo de ser que decorre do agir. É a ação que delinea, circunscreve e determina a essência dos homens. É na e pela prática que as coisas humanas efetivamente acontecem, que a história se faz.

Este é o sentido da historicidade da existência humana, ou seja, os homens não são a mera expressão de uma essência metafísica predeterminada, nem a mera resultante de um processo de transformações naturais que estariam em evolução. Ao contrário, naquilo em que são especificamente humanos, eles são seres em permanente processo de construção. Nunca estão prontos e acabados, nem no plano individual, nem no plano coletivo, como espécie. Por sobre um lastro de uma natureza físico-biológica prévia, mas que é pré-humana, compartilhada com todos os demais seres vivos, eles vão se transformando e se reconstruindo como seres especificamente humanos, como seres "culturais". E isso não apenas na linha de um necessário aprimoramento, de um aperfeiçoamento contínuo ou de progresso: ao contrário, estas mudanças transformativas, decorrentes de sua prática, podem ser regressivas, nem sempre sinalizando para uma eventual direção de aprimoramento de nosso modo de ser. O que é importante observar é que os seres humanos vão sendo aquilo que se vão fazendo e este fazer-se, este constituir-se só se dá mediante a ação e não pelos seus desejos, pelos seus pensamentos e teorias.

Assim, a educação não poderá mais ser vista como processo mecânico de desenvolvimento de potencialidades. Ela será necessariamente um processo de construção, ou seja, uma prática mediante a qual os homens estão se construindo ao longo do tempo.

A educação é de fato um processo de humanização, é preciso que ela se torne mediação que viabilize, que invista na construção dessas mediações mais básicas, contribuindo para que elas se efetivem em suas condições objetivas reais. Ora, esse processo não é automático, não é decorrência mecânica da vida da espécie. É verdade que, ao superar a transitividade do instinto e com ela a univocidade das respostas às situações, a espécie humana ganha em flexibilidade, mas, ao mesmo tempo, torna-se vítima fácil das forças alienantes, uma vez que todas as mediações são ambivalentes: constituem, simultaneamente, o lugar da personalização, e o lugar da desumanização, da despersonalização. Assim, a vida individual, a vida em sociedade, o trabalho, as formas culturais e as vivências subjetivas podem estar levando não a uma forma mais adequada de existência, da

perspectiva humana, mas antes a formas de despersonalização individual e coletiva, ao império da alienação. Sempre é bom não perder de vista que o trabalho pode degradar o homem, a vida social pode oprimi-lo e a cultura pode aliená-lo, ideologizando-o.

Daí se esperar da educação que ela se constitua, em sua efetividade prática, um decidido investimento na consolidação das forças construtivas dessas mediações. É por isso que, ao lado do investimento na transmissão aos educandos, dos conhecimentos científicos e técnicos, impõe-se garantir que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que ela lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais. Por outro lado, cabe ainda à educação, no plano da intencionalidade da consciência, desvendar os mascaramentos ideológicos de sua própria atividade, evitando assim que se instaure como mera força de reprodução social e se torne força de transformação da sociedade, contribuindo para extirpar do tecido desta todos os focos da alienação.

4 RELAÇÃO ENTRE SUJEITO, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Quando se analisa a realidade humana em sua historicidade, percebe-se logo que a esfera básica da existência humana prática e histórica dos homens é aquela do trabalho propriamente dito, ou seja, prática que alicerça e conserva a existência material dos homens, já que a vida depende radicalmente dessa troca entre o organismo e a natureza física.

Trabalho é entendido não como mera operação técnica sobre a natureza, mas como a densa relação dos homens com ela. Daí a sua caracterização como a esfera produtiva, a esfera da prática econômica, mediante a qual os homens podem prover a conservação de sua existência física.

Como bem mostram as ciências econômicas, o processo produtivo, de bens naturais e do próprio sujeito produtor, envolve, obviamente, não só o investimento da energia dos organismos humanos. Está implicada nesse processo a apropriação pelos homens dos recursos da terra, bem como dos meios tecnológicos da produção. Por isso, estão em pauta a saúde corporal das pessoas, a disposição de alimentos, de habitação, as formas e valores de remuneração do trabalho, enfim, as condições objetivas da produção, que são igualmente as fontes objetivas da existência real. Estas condições precisam estar equitativamente distribuídas, pois a desigualdade dessa distribuição é que resulta na pobreza, na doença, no desemprego, na baixa qualidade de vida, na privação também dos bens sociais e culturais.

A troca entre trabalho vivo por trabalho objetivado, isto é, a posição do trabalho social sob a forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção apoiada sobre valor. Trata-se de perceber, então, que o trabalho, como criador de valores, é indispensável à existência do homem – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

É nesse contexto que se pode entender as relações do conhecimento com o universo social. Com efeito, o conhecimento pressupõe um solo de relações sociais, não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, como placenta que nutre todo seu processamento. Entretanto, essa trama de relações sociais em que se tece a existência real dos homens, como se viu antes, não se caracteriza apenas pelas relações de gregariedade dos indivíduos, tal qual ocorre nas "sociedades" animais, mas sobretudo por relações de hierarquização, envolvendo o elemento específico a interferir no social humano, o poder, que torna política a sociedade.

O saber aparece, portanto, como instrumento para o fazer técnico-produtivo, como mediação do poder e como ferramenta da própria criação dos símbolos, voltando-se sobre si mesmo, ou seja, é sempre um processo de intencionalização. Assim, é graças a isso, que nossa atividade técnica deixa de ser mecânica e passa a se dar em função de uma projetividade, o trabalho ganhando um sentido. Do mesmo modo, a atividade propriamente política se ideologiza e a atividade cultural transfigura a utilidade pragmática imediata de todas as coisas.

5 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido com o tema a Análise da estreita relação entre sujeito, educação e trabalho, no qual utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos de autores pesquisadores, pesquisa em internet e em revista do gênero para um melhor entendimento do tema. Assim, o estudo tem como objetivo analisar a relação entre o sujeito, educação e o trabalho, afim de esclarecer algumas questões que nos permeiam no nosso dia a dia.

6 CONCLUSÃO

Com as reflexões expostas nesse estudo, leva-nos a equacionar a existência humana se compõe por três elementos (tríplice), que são, universo do sujeito, da educação e do trabalho. Como

os três ângulos de um triângulo, esses três universos se complementam e se implicam mutuamente, um dependendo do outro, a partir de sua própria especificidade.

A partir disso, existe uma necessidade em relação aos agentes escolares de trabalharem com uma metodologia que leve o aluno a reconhecer o seu sujeito produtivo, no que se refere ao objetivo de levá-lo a desenvolver as suas competências. Nesse sentido, tomam decisões e agem a partir do conhecimento que já possuem e que vão desenvolvendo, ampliando o seu universo cada vez mais, com as informações que lhe é adquirido, dentro e fora da escola levando-o a construir suas aptidões no âmbito do mercado de trabalho.

Caminhando nessa direção, estaremos trabalhando para desvincular da escola a imagem de instituição opressora, de produção em série, castradora, acolhedora de patologias, e transformá-la no lugar de libertação, de construção da autonomia, de formação do sujeito capaz de construir sua felicidade e colaborar para tornar feliz a sociedade que o acolhe.

REFERÊNCIAS

1. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006;
2. BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2010;
3. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998;
4. FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 27. ed. São Paulo: Cortez, 1992;
5. GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968;
6. LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, 1978;
7. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 2. ed. Rio de Janeiro: Parábola, 2008;
8. MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. Lisboa, Presença, v.2, 1976;
9. SEVERINO, A.J. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo, EPU, 1986;
10. SKINNER, B.F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.